

## IBGE revela pela 1ª vez a situação do esporte promovido pelos municípios

*O Suplemento de Esporte da Pesquisa de Informações Básicas Municipais do IBGE (Munic) mostra que, apesar de 93,6% das cidades brasileiras realizarem eventos esportivos com execução ou participação da prefeitura, a estrutura financeira, institucional, de pessoal, equipamentos e instalações para tanto ainda é deficiente. O pessoal ocupado com esporte, em 2003, representava apenas 1,4% em relação ao total de pessoal das prefeituras; mais de 88% dos municípios não possuíam Conselho Municipal de Esporte; os recursos aplicados em desporto e lazer atingiram menos de 1% do total das despesas das prefeituras; menos da metade das cidades faziam parcerias ou convênios voltados para o esporte; e 88% das escolas municipais não possuíam instalações esportivas – quadro ainda mais grave nas áreas rurais. O suplemento confirma que o Brasil é mesmo o país do futebol: 94,5% das prefeituras realizavam eventos nessa modalidade; 27,7% das cidades tinham estádios de propriedade e/ou gestão da prefeitura (segundo equipamento esportivo mais freqüente), e os campos de futebol estavam presentes em 74,8% dos municípios.*

*A pesquisa faz parte de um convênio entre o IBGE e o Ministério do Esporte e foi realizada em 2003, em 5.557 cidades.*

Pessoal ocupado com esporte representa 1,4% do quadro das prefeituras

A pesquisa revelou que o pessoal ocupado com esporte representava apenas 1,4% em relação ao total de pessoal das prefeituras, o que significava 64.686 pessoas, em 5.557 municípios brasileiros. Na região Sudeste, trabalhavam 49,6% (32.098) do pessoal ocupado, seguida das regiões Nordeste (21,3%), Sul (18,9%), Centro-Oeste (5,5%) e Norte (4,7%). São Paulo (14.671), Rio de Janeiro (9.166) e Minas Gerais (7.525) determinaram a participação de quase 50% do Sudeste no total do pessoal das prefeituras do país ocupados com esporte. Em média 13 pessoas encontravam-se ocupadas na atividade de esporte nos municípios brasileiros, número médio somente superado pelas 21 pessoas ocupadas na região Sudeste. As demais regiões apresentavam uma média situada entre 8 e 11 pessoas. Nos 33 municípios com populações superiores a 500 mil habitantes, o pessoal ocupado atingiu o maior percentual - 28,3% (18.277) do

total e a média chegou a 609 pessoas, em razão das necessidades de atendimento das populações destes municípios na área do esporte. O segundo maior percentual de pessoal ocupado foi atingido pelos municípios com população entre 5 mil e 20 mil habitantes (21,7%), em razão desta classe reunir uma quantidade de municípios superior às outras.

De acordo com o regime de contratação, mais da metade do pessoal ocupado com esporte nas prefeituras era estatutário<sup>1</sup> (54,4%), seguido por pessoal sem vínculo<sup>2</sup>(17,2%), celetista<sup>3</sup> (16,7%) e somente comissionado<sup>4</sup> (11,7%). Nas Grandes Regiões do país, verificaram-se participações do pessoal estatutário em relação ao pessoal total que variaram entre cerca de 50 e 60%, sendo a mais alta no Sul (58,2%). O pessoal celetista situou-se na faixa entre cerca de 16 e 18% em todas as regiões, ficando com o maior índice o Nordeste (18, 2%) e abaixo desta faixa o Centro-Oeste (11,8%). Esta região apresentou o maior percentual de trabalhadores somente comissionados (20,7%), onde se destaca o peso de Goiás. A participação do pessoal sem vínculo empregatício em relação ao pessoal ocupado total de cada uma das Grandes Regiões variou no intervalo de cerca de 12 % (Sul) a 20% (Sudeste), com a região Sudeste apresentando o maior percentual (20,3%).

Analisando-se o pessoal ocupado por regime de contratação, segundo as classes de tamanho da população dos municípios, destaca-se a participação dos servidores estatutários dos municípios com mais de 500.000 habitantes (62,7%) em relação a seu total de pessoal ocupado. Inversamente, estes municípios foram os que apresentaram a menor participação dos trabalhadores celetistas (6,6%) e dos somente comissionados (4,0%). Esta classe de população atingiu a proporção mais alta no pessoal sem vínculo empregatício (26,7%). Nos municípios de menor porte, a modalidade somente comissionado cumpre um papel mais ativo na composição do seu quadro de pessoal, chegando a atingir 25,1%, nos municípios com até 5 mil habitantes, e 19,8%, nas cidades com 5 mil a 20 mil habitantes. A classe de municípios onde existiam mais celetistas (29%) era a de 100 mil a 500 mil habitantes.

Graduados em outras áreas e não-graduados são maioria nos municípios menores

O Suplemento de Esporte demonstrou que, no total das prefeituras dos municípios, o pessoal técnico (64%) superou o pessoal administrativo (17,7%) e de apoio (18,3%). Enquanto a participação do pessoal técnico em relação ao tamanho da população dos municípios era crescente, partindo de 52% na classe de até 5 mil habitantes até atingir cerca de 75% na classe de mais de 500 mil habitantes, o pessoal administrativo apresentou comportamento inverso, decrescendo de um patamar de 31%, na classe de até 5 mil habitantes, para cerca de 11%, na classe de 500 mil habitantes. Do ponto de vista das grandes regiões, o percentual de pessoal técnico era maior na região Sul (68,5%), o de pessoal administrativo era maior na região Norte (26,4%), e o pessoal de apoio era maior no Centro-Oeste (25,6%).

Ainda em relação à formação profissional, a pesquisa demonstrou que nos municípios com 50 mil a mais de 500 mil habitantes, as atividades relativas ao esporte sob responsabilidade direta ou indireta da prefeitura são exercidas na grande maioria dos casos por professores e profissionais graduados em educação física, enquanto nos municípios com 5 mil a 50 mil pessoas são exercidas por profissionais graduados em outras áreas ou não-graduados. Os municípios na faixa de 100 mil a 500 mil habitantes possuem o maior percentual de Professores e profissionais graduados em Educação Física (71,4%), enquanto as cidades com até 5 mil pessoas têm menor percentual (35,5%). Profissionais graduados em outras áreas e que exercem atividades relativas ao esporte somam o maior percentual (10,7%) nos municípios com mais de 500 mil habitantes e o menor (2,6%) nas cidades com 50 mil a 100 mil pessoas. Profissionais não-graduados ocupados com esporte destacam-se nos municípios com até 5 mil (55,1%) e são em menor número (13,9%) nas cidades entre 100 mil e 500 mil pessoas. Estagiários não-graduados integram de 2,4% dos ocupados (nos municípios com até 5 mil habitantes) até 11,6% (nos municípios de 100 mil a 500 mil habitantes).

## Região Sul possui maior proporção de Conselhos de Esporte

Mais de 88% dos municípios brasileiros não possuíam Conselho Municipal de Esporte e 45,4% deles não possuíam nenhum conselho (Esporte, Educação, Assistência Social, Direito da Criança e do Adolescente, entre outros) com atividades nessa área. A exceção é a região Sul, onde aproximadamente um terço dos municípios (34%) possuem Conselho de Esporte, com grande peso a participação do Rio Grande do Sul. A menor proporção foi registrada na região Nordeste, onde apenas 3,2% dos municípios possuíam Conselho. Cerca de 85% dos municípios pesquisados possuíam Lei Orgânica que tratava do esporte e com relação a outras leis que tivessem o esporte como objeto existiam em apenas 17,6% dos municípios.

## Prefeituras aplicam em esporte menos de 1% do total das despesas

O Suplemento de Esporte revelou que os recursos aplicados em desporto e lazer atingiram menos de 1% do total das despesas das prefeituras. Em 2002, representaram 0,96% do total das despesas e, em 2003, 0,90%. O menor percentual foi aplicado pelas prefeituras da região Norte: 0,66%, em 2002, e 0,46%, em 2003; e o maior no Sudeste: 1,10, em 2002, e 1,07, em 2003. Em relação ao tamanho da população, os menores percentuais das despesas das prefeituras, tanto em 2002 (0,76%) quanto em 2003 (0,78%), foram nos municípios com mais de 500 mil habitantes. O maior percentual em 2002 foi registrado nos municípios com 5 mil a 20 mil habitantes (1,18%), e em 2003 nos municípios de 20 mil a 50 mil habitantes e 50 mil a 100 mil pessoas, ambos com 1,01%.

As despesas dos municípios brasileiros com o esporte estavam fortemente concentradas na região Sudeste, que respondia por 58,9%, em 2002, e 62,1% em 2003. A participação dos gastos na função desporto e lazer cresceu, em 2003, em relação à 2002, nas regiões Sul (16,3% para 17,7%) e Sudeste (58,9% para 62,1%), enquanto decresceram nas regiões Norte (4,1% para 3,0%), Nordeste (14,7% para 12,1%) e Centro-Oeste (6% para 5,1%). Os recursos aplicados em esporte nos municípios do país, em relação às classes de tamanho da população cresceram entre 2002 e 2003 nas cidades com mais de 500 mil habitantes (26,8% para 30,1%), e nas de 100 mil a 500 mil habitantes (22,5% para 23,6%),

e decresceram nas cidades com até 5 mil habitantes (4,7% para 4,1%); de 5 mil a 20 mil moradores (18,4% para 15,6%); de 20 mil a 50 mil habitantes (16% a 15,1%); e manteve-se praticamente estável nas cidades com 50 mil a 100 mil habitantes (11,7 para 11,6).

Municípios maiores receberam mais transferências da União e estados

Caiu de 19,2%, em 2002, para 16,6%, em 2003, o percentual de municípios que receberam transferências da União ou estados vinculadas a gastos com desporto e lazer. Excetuando-se as Regiões Sudeste (22,3% e 18,3%) e a Norte (32,7% e 31,8%), as demais apresentaram percentuais inferiores às médias nacionais dos municípios que receberam transferências em 2002 e 2003: Centro-Oeste (12,8% e 15,6%); Sul (15,9% e 12,8%); e Nordeste (16,8% e 14,0%). Em relação ao tamanho da população, as faixas que apresentaram o maior percentual de municípios que receberam transferências foi a de mais de 500 mil habitantes (27,3%, em 2002, e 30,3%, em 2003) e receberam menos transferências tanto em 2002 quanto em 2003, os municípios com até 5 mil habitantes (16,8% e 13,4% dos municípios, respectivamente.).

Do total de 5.557 municípios, 2.441 (43,9%) efetivaram convênios ou outro tipo de parceria voltados para o esporte<sup>5</sup>. Na distribuição desse universo (2.441), o Sudeste foi responsável por 32,1% dos municípios com convênios ou parcerias, seguido pelas regiões Nordeste (28,1%) e Sul (23,9%), enquanto a região Norte ficou com o menor percentual (7,7%); seguida pela Centro-Oeste (8,2%).

Os dados mostram que, sendo as parcerias complementares às atividades do poder público, o estabelecimento de convênios municipais na área do esporte ainda está aquém de suas reais possibilidades.

A distribuição dos convênios e parcerias por tipo de órgão participante indica que, dos quatro principais órgãos conveniados ou parceiros, três eram entidades da sociedade organizada – ligas esportivas (36,0%), clubes (34,9%) e empresas privadas (25,6%) –, enquanto um era público - órgãos públicos estaduais exceto os de ensino (33,6%). No outro extremo, ONGs (4,3%), instituições públicas federais, estaduais e municipais de ensino superior (4,0%) e organismos internacionais, exceto ONGs (0,6%) eram os parceiros menos frequentes.

Poucas cidades têm ações, projetos e programas esportivos<sup>6</sup> voltados para deficientes

Entre as prefeituras brasileiras, 77,1% desenvolveram, em 2003, ações, projetos e programas voltados para o esporte e lazer; 70,3%, no esporte educacional; e 47,8%, no esporte de rendimento – ou competitivo.

Entre as grandes regiões, a Sul concentrava o maior percentual de municípios com ações, projetos e programas em esporte educacional (81,8%). Nessa manifestação, o menor percentual ficava com o Sudeste (64,9%). O Centro-Oeste liderava no esporte de rendimento (53,2% dos municípios), manifestação na qual o Nordeste tinha a menor proporção (40,9%). No esporte e lazer, a polarização se repetia, com o Centro-Oeste saindo na frente (80,7%) e o Nordeste também em último lugar, mas ainda com um alto percentual (72,2%).

Vale ressaltar que todas as 33 cidades com mais de 500 mil habitantes realizavam ações, projetos e programas em esporte e lazer. Os percentuais para esses municípios, os maiores do país, eram altos também em esporte educacional (97%) e esporte de rendimento (93,9%).

Dentre os tipos de ações, projetos e programas menos desenvolvidos pelos municípios estão aqueles destinados aos portadores de deficiência: nas manifestações de esporte educacional, só 5,6% das cidades realizavam algo direcionado para esse público; o percentual caía ainda mais quando se tratava de esporte de rendimento (5,0%) e subia um pouco, mas ainda permanecia baixo, em esporte e lazer (9,0%).

Só 6,4% das prefeituras não promoveram eventos esportivos em 2003

Apenas 6,4% dos municípios brasileiros não realizaram, em 2003, nenhum evento esportivo executado pela prefeitura ou com a sua participação - ou seja, 93,6% das cidades promoveram ou co-promoveram eventos esportivos. Entre as regiões, os percentuais variaram de 97%, no Centro-Oeste, a 92,3%, no Nordeste; já na divisão por classe de tamanho da população, ficaram entre 89,9%, nas cidades menores (menos de 5.000 habitantes), e 100% nas cidades com mais de 100 mil moradores.

Dentre as modalidades esportivas investigadas, nos municípios que realizaram eventos esportivos, a mais freqüente foi o futebol, 94,5% das cidades promoveram eventos desse esporte, seguido pelo futsal (66,0%), vôlei (60,5%) e atletismo (43,6%). No outro extremo, ficaram bocha (13,9%), capoeira (16%), tênis de mesa e futebol society (16,4% cada um).

Em todas as regiões, os eventos de futebol apresentaram participações expressivas dos municípios, variando de 92% (Sul) a 98% (Norte). Nos eventos de futsal, sobressairam-se as regiões Centro-Oeste (74,8% dos municípios) e Sul (70,4%). Já nos que incorporavam o vôlei, destacou-se a relativamente baixa participação do Nordeste (47,8%), com exceção dos estados da Bahia e do Ceará.

Quanto às cidades que realizaram eventos de atletismo, o Sudeste apresentou a menor participação (36,8%), determinada em grande parte pelo comportamento do estado do Rio de Janeiro, onde só 56,0% dos municípios realizaram eventos dessa modalidade. Por fim, vale ressaltar a bocha, que possui um caráter marcadamente regional, com seus eventos fortemente concentrados na região Sul (41,3%).

Municípios, pela proporção dos que realizaram eventos esportivos, executados pela prefeitura ou com sua participação, e dos que realizaram eventos esportivos nas principais modalidades esportivas, segundo Grandes Regiões - 2003

Classes de tamanho da população dos municípios e Grandes Regiões	Municípios											
	Proporção dos que realizaram eventos esportivos, executados pela prefeitura ou com sua participação (%)											
	Tênis de mesa	Vôlei	Vôlei de praia	Capoeira	Futsal	Futebol society	Atletismo	Basquete	Ciclismo	Futebol	Handebol	Bocha
Total	16,4	60,5	16,9	16,0	66,0	16,4	43,6	23,9	28,7	94,5	32,5	13,9
Grandes Regiões												
Norte	20,4	74,6	27,1	12,1	58,2	14,7	53,9	17,6	39,9	97,8	36,6	1,0
Nordeste	7,6	47,8	8,7	13,6	62,2	9,0	44,8	13,4	34,3	94,8	26,2	0,0
Sudeste	19,2	63,3	17,7	23,2	66,3	14,6	36,8	33,1	25,8	95,0	33,1	15,0
Sul	21,9	66,0	22,0	8,7	70,4	25,2	45,3	23,7	20,4	91,7	37,3	41,3
Centro-Oeste (1)	21,7	71,0	21,4	22,3	74,8	29,5	48,2	37,1	28,3	95,5	37,7	4,5

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2004

Nota: Foram selecionadas as modalidades esportivas que apresentaram maior freqüência

(1) Exclusivo o Distrito Federal.

A participação dos municípios que realizaram eventos esportivos em 2003 cai à medida que se amplia a abrangência dos eventos. No geral, os eventos de caráter municipal contaram com a participação de 97,8 % dos municípios; os intermunicipais, com 60,1%; os estaduais, com 25,2%; os interestaduais com, 7,5%; os nacionais, com 5,0%; e os internacionais, com 2,7%. Destaca-se a

menor a participação das cidades nordestinas nos eventos intermunicipais, 43,1%.

Ginásios são equipamentos esportivos municipais mais presentes<sup>7</sup>

Em 31 de dezembro de 2003, 54,2% dos municípios brasileiros tinham ginásios, e 27,7% tinham estádios de futebol. A presença, nas cidades, dos demais equipamentos esportivos pesquisados era bastante reduzida: 7,4% tinham complexos esportivos; 1,6%, complexos aquáticos; 1,1%, kartódromos; 0,2%, autódromos; e 0,03% tinham hipódromos ou similares.

Entre as grandes regiões, a Centro-Oeste e a Sul foram as que apresentaram maiores participações entre os municípios cujas prefeituras eram donas ou gestoras de ginásios: 82,3% e 75,5% respectivamente. Os estados que se destacaram nessas regiões foram Paraná (83,2%) no Sul e Goiás (86,6%) no Centro-Oeste. Quanto aos estádios de futebol, destacaram-se as participações dos municípios das regiões Sudeste (36,1%) e Centro-Oeste (34,4%) e dos estados de São Paulo (51,6%) e Mato Grosso do Sul (50,6%).

Embora tenham sido significativas as participações dos municípios que possuíam ginásios no Centro-Oeste, era no Sudeste e no Sul que se concentravam a maior parte (68,3%) dos 4.186 ginásios brasileiros. Já os estádios de futebol estavam mais presentes no Sudeste (40,3%) e no Nordeste (24,2%), aí destacando-se a Bahia e, num segundo plano, o Ceará.

Dos 139 complexos aquáticos, 130 (93,5%) localizavam-se no Sudeste e 120 (86,3%), no estado de São Paulo. A situação dos complexos esportivos era parecida: dos 701 existentes, 470 (67,0%) estavam no Sudeste e 331 (47,2%), em São Paulo. No outro extremo, a região Norte e Centro-Oeste não tinham nenhum complexo aquático.

Quanto à capacidade média de público, no que diz respeito aos ginásios e estádios de futebol, ela era, no geral, reduzida: 1.565 pessoas, em média, no primeiro caso e 4.286 pessoas no segundo. Os complexos aquáticos também comportavam, em geral, pouco público (média de 662 pessoas).



No que diz respeito às instalações esportivas das prefeituras<sup>8</sup>, em 2003 as mais freqüentes eram os campos de futebol<sup>9</sup> (presentes em 74,8% dos municípios) e as quadras cobertas e não-cobertas<sup>10</sup> (que existiam em 66,2% das cidades). As instalações menos freqüentes eram as pistas de skate, patins e similares, presentes em só 4% das cidades, seguidas pelos campos de malha (4,3%) e as piscinas recreativas (5,2%). Na região Sudeste, concentrava-se a grande maioria de todas as instalações selecionadas.

88% das escolas públicas municipais não tinham instalações esportivas em 2003

Em 2003, só 12% das escolas públicas municipais do país possuíam instalações esportivas, sendo que a região Sul apresentava o maior percentual (27,9%), seguida pelo Sudeste (26,5%), Centro-Oeste (21,3%), Norte (4,7%) e Nordeste (4,4%). A desigualdade persistia na análise por classes de tamanho da população dos municípios. Nas cidades com até 100 mil habitantes, o percentual de escolas que dispunham de instalações esportivas variava de 7,5% a 13,4%, enquanto nos municípios com mais de 100 mil até 500 mil habitantes e de mais de 500mil habitantes, as escolas com instalações chegavam, respectivamente, a 23,7% e 42,5%.

Mais grave era a situação das escolas públicas municipais localizadas na área rural. Somente 2,5% delas contavam com instalações esportivas. Nas grandes regiões, esses percentuais variaram de 1,3% na Norte e na Nordeste a 8,2% na Sul.

Considerando-se que a escola é uma das mais importantes instituições de socialização das crianças, com os esportes coletivos exercendo um papel de suma importância nesse processo, que se constitui no embrião básico e fundamental para a iniciação esportiva, e que a prática orientada de esportes na escola contribui para a formação de crianças saudáveis, o quadro anteriormente apresentado é preocupante, necessitando de políticas públicas mais incisivas para revertê-lo.

---

<sup>1</sup>Estatutário é o servidor contratado sob o Regime Jurídico Único – RJU, que rege a contratação no serviço público.

<sup>2</sup>Sem vínculo corresponde ao pessoal contratado sem o estabelecimento de um contrato de trabalho: trabalhadores sob o regime de prestação de serviços por prazo determinado; trabalhadores voluntários; trabalhadores cedidos por órgãos externos à prefeitura; trabalhadores empregados de outras pessoas jurídicas que prestem serviços à prefeitura.

<sup>3</sup>Celetista é o trabalhador contratado sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

<sup>4</sup>Somente comissionado é aquele que trabalha na prefeitura e seus órgãos mediante o recebimento de uma gratificação e sem a manutenção de qualquer vínculo de trabalho, podendo envolver desde funcionários do alto escalão (prefeitos, secretários, diretores, assessores, etc.) até funcionários que desempenhem, por exemplo, tarefas administrativas e técnicas em níveis hierárquicos mais baixos.

<sup>5</sup>Não englobam apenas aqueles relacionados ao órgão gestor do esporte mas também os de outros órgãos da prefeitura.

<sup>6</sup>Ação é a operação que resulta em um serviço na área de esporte e que contribui para atender aos objetivos de um projeto ou programa; projeto é um instrumento de planejamento que reúne um conjunto de ações para alcançar objetivos específicos, estabelecidos em um dado período de tempo; programa é um instrumento de organização para enfrentar determinado problema, caracterizando-se por um conjunto de projetos que buscam os mesmos objetivos.

<sup>7</sup>Só foram considerados os equipamentos e instalações esportivas de propriedade e/ou gestão da prefeitura.

<sup>8</sup>Foram selecionadas as instalações esportivas mais frequentes.

<sup>9</sup>Exclusive os campos localizados nos estádios de futebol.

<sup>10</sup>Exclusive as quadras localizadas nas escolas e universidades / faculdades públicas municipais, e nos ginásios.

Comunicação Social  
24 de março de 2006

Fonte IBGE